

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS.....	17
INTRODUÇÃO.....	19
1. Jurisdição constitucional	19
2. O Supremo Tribunal Federal: cúpula do Poder Judiciário e Corte Constitucional	20
3. Sistema de controle de constitucionalidade das normas	23
4. A eficácia das sentenças na jurisdição constitucional	27

PARTE I

EFICÁCIA DAS DECISÕES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

1. EFICÁCIA DAS DECISÕES NO CONTROLE INCIDENTAL DE CONSTITUCIONALIDADE	31
1.1. A natural vocação expansiva das decisões sobre a constitucionalidade das normas	31
1.2. Eficácia <i>inter partes</i>	34
1.3. Eficácias reflexas	35
1.4. Suspensão, pelo Senado, da execução da norma declarada inconstitucional	36
1.5. Eficácia vinculante para os demais tribunais.....	38
1.6. Força de precedente.....	42
1.7. Os atuais limites da intervenção do Senado (art. 52, X, da CF/1988)	47
1.8. Conclusões	53

2. EFICÁCIA DAS SENTENÇAS NAS AÇÕES DE CONTROLE ABSTRATO DE CONSTITUCIONALIDADE.....	55
2.1. O controle abstrato de constitucionalidade	55
2.2. Natureza do processo nas ações de controle abstrato	57
2.3. Natureza dúplice das ações.....	59
2.4. A arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF)	61
2.5. Natureza declaratória da sentença de mérito e eficácia <i>ex tunc</i>	64
2.6. Eficácia <i>erga omnes</i> e efeito vinculante	65
2.7. Termo <i>a quo</i> da eficácia declaratória e do efeito vinculante: distinção....	66
2.8. Modulação dos efeitos	68
2.9. Cumprimento das sentenças.....	72
2.9.1. Situações jurídicas anteriores.....	72
2.9.2. Situações jurídicas supervenientes	74
2.10. Conclusões	75
3. EFICÁCIA DAS LIMINARES NAS AÇÕES DE CONTROLE ABSTRATO DE CONSTITUCIONALIDADE.....	77
3.1. A <i>função cautelar</i> como inerente à atividade jurisdicional.....	77
3.2. Natureza antecipatória das medidas liminares.....	78
3.3. Eficácia executiva da decisão	82
3.4. Eficácia vinculante, <i>ex nunc</i> e <i>erga omnes</i>	83
3.5. Cumprimento das liminares	85
3.6. Natureza provisória das liminares e efeitos da sua revogação	87
3.7. Ajustamento das situações jurídicas nascidas na vigência e por influência da liminar revogada	88
3.8. Suspensão dos prazos prescricionais e decadenciais na vigência da liminar..	90
3.9. Conclusões	92

PARTE II

EFICÁCIA TEMPORAL, RESCISÃO E REVISÃO DAS
SENTENÇAS NA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL

4. EFICÁCIA TEMPORAL E REVISÃO DAS SENTENÇAS SOBRE RELAÇÕES JURÍDICAS DE TRATO CONTINUADO EM MATÉRIA CONSTITUCIONAL	97
4.1. A incidência da norma e a jurisdição do caso concreto	97
4.2. Espécies de relação jurídica e limites objetivos e temporais da eficácia da sentença.....	99
4.3. Limites temporais da eficácia da sentença e cláusula <i>rebus sic stantibus</i> ...	105
4.4. Ação de revisão da sentença	106
4.5. Modificação do estado de direito por força de decisão do STF com eficácia <i>erga omnes</i>	108
4.5.1. Decisão declaratória de inconstitucionalidade e suspensão da norma pelo Senado (art. 52, X, da CF/1988).....	109
4.5.2. Decisão de mérito em ações de controle abstrato de constitucionalidade	113
4.5.3. Decisão de mérito em arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF)	116
4.5.4. Súmula vinculante e decisão sob o regime de repercussão geral	117
4.6. Conclusões	119
5. EFICÁCIA TEMPORAL DAS SENTENÇAS EM AÇÕES DE CONTROLE ABSTRATO DE CONSTITUCIONALIDADE	121
5.1. Coisa julgada em ações de controle abstrato de constitucionalidade	121
5.2. Vedação de rescisória e renovação da causa baseada em novo fundamento	123
5.3. Estabilidade do julgado e cláusula <i>rebus sic stantibus</i>	126
5.4. Mudança no estado de direito	126
5.4.1. O problema do controle em abstrato da legitimidade das normas pré-constitucionais	127

5.4.2. Norma recepcionada: controle por ação declaratória de constitucionalidade e por ação direta de inconstitucionalidade.....	129
5.5. Mudança no estado de fato: inconstitucionalidade superveniente	131
5.6. Revisão das sentenças confirmatórias da constitucionalidade.....	133
5.7. O problema da <i>constitucionalização</i> superveniente.....	137
5.8. Emendas constitucionais retroativas	139
5.9. Conclusões	146
6. AÇÃO RESCISÓRIA EM MATÉRIA CONSTITUCIONAL	149
6.1. O conflito entre a estabilidade jurídica e a justiça das sentenças	149
6.2. Coisa julgada e violação a <i>literal disposição de lei</i>	153
6.3. A estabilidade dos julgados, o princípio da supremacia da Constituição e a autoridade do STF.....	155
6.4. Rescisão de sentença contrária a decisão do STF em controle concentrado	160
6.5. Rescisão de sentença contrária a decisão do STF em controle difuso	161
6.6. Rescisão de sentença em matéria constitucional não apreciada pelo STF	163
6.7. Rescisão de sentença em matéria objeto de ADI ou ADC em andamento.....	166
6.8. Rescisão de sentença em questões não sujeitas aos mecanismos de controle de constitucionalidade das normas.....	168
6.9. Conclusões	170
7. INEXIGIBILIDADE DAS OBRIGAÇÕES DECORRENTE DE SENTENÇAS INCONSTITUCIONAIS	173
7.1. O novo fundamento de oposição à execução de título judicial.....	173
7.2. As diversas posições doutrinárias a respeito.....	174
7.3. Exegese do preceito normativo: constitucionalidade e alcance	177
7.4. Especificidade das sentenças inconstitucionais que acarretam a inexigibilidade da obrigação	177

7.4.1. Sentenças que aplicaram norma declarada inconstitucional pelo STF	178
7.4.2. Sentenças que deixaram de aplicar norma declarada constitucional pelo STF	181
7.5. Pressuposto indispensável: a existência de precedente do STF.....	183
7.6. Aplicação subsidiária às ações executivas <i>lato sensu</i>	184
7.7. Conclusões	185
BIBLIOGRAFIA	187
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO	195
OUTRAS OBRAS DO AUTOR	203